



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

CPE | Partido Operário
Revolucionário [POR]
www.pormassas.org
@massas.por
cpe-por-ies@gmail.com
(11) 95446-2020
Ano IX - 11 de Julho de 2023

Manifesto da Corrente Proletária na Educação Aos servidores públicos federais

É hora de organizar a luta pela reposição integral e imediata das perdas salariais! Nada de parcelamento!

Que as direções que compõem o FONASEFE rompam a conciliação com o governo e preparem a luta unificada do funcionalismo federal pela recomposição salarial!

O funcionalismo federal amarga uma profunda precarização nas suas condições de vida. As perdas salariais, desde 2010, já somam 53,05%. O reajuste “emergencial” de 9%, e o aumento de 200 reais no auxílio alimentação, não repuseram sequer o poder de compra do período anterior à pandemia.

No ano passado (2022), o FONASEFE (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), composto pelas direções do ANDES, FASUBRA, SINASEFE, FENASPS e outras, chegou a marcar uma greve unificada, pela reivindicação dos 19,9% (perdas no governo Bolsonaro). Marcou até data de início da greve unificada para o dia 23 de março, no entanto para o ANDES, FASUBRA e SINASEFE, a menção à greve não passou de blefe. Em cima da hora, recuaram, deixando isolada a greve dos servidores do INSS (FENASPS), assim como alguns poucos sindicatos da base da FASUBRA e algumas seções do SINASEFE, que, à revelia do imobilismo de suas direções, também se somaram ao método da greve.

A greve no INSS, enfrentando praticamente sozinha o governo Bolsonaro, mesmo não sendo capaz de conquistar os 19,9%, serviu para mostrar que diante de um governo ultradireitista, militarista e autoritário, a atitude não era a de se acovardar, mas de enfrentá-lo com a mobilização. A greve serviu também para denunciar a situação de calamidade no INSS, assim como a precarização das condições de trabalho dos servidores ocasionada pelo programa de gestão, o teletrabalho e a redução do quadro.

O blefe e imobilismo das direções do ANDES, FASUBRA e SINASEFE foi a outra face da tática de desgaste eleitoral de Bolsonaro e canalização dos recursos políticos e financeiros das entidades sindicais para a campanha em torno de Lula e Alckmin. A posse do governo burguês de frente ampla foi saudada e comemorada e o recado para as bases foi de que agora, com o governo Lula, será possível lutar, pois temos um governo que se reúne conosco. O FONASEFE, que permaneceu passivo durante os quatro anos do governo Bolsonaro, se abrigando nas redes sociais, diz que agora seria a “hora de correr atrás do prejuízo”. Após ter conciliado com o atual governo o paliativo dos 9% “emergenciais”, agora, em sua última reunião de 30 de junho, o FONASEFE propõe que as perdas salariais acumuladas de 53,05% (para as categorias que fecharam acordo com apenas dois reajustes em 2015) e 39,82% (para as categorias que fecharam acordo com quatro reajustes em 2015) sejam parceladas em três anos (2024, 2025 e 2026).

Ao invés de organizar a luta para pôr abaixo o Arcabouço Fiscal e o pagamento da dívida pública, o FONASEFE acaba

de elaborar uma proposta de reposição salarial que é claramente uma adaptação a essa medida de austeridade do governo Lula, que servirá para dar “previsibilidade” aos credores da dívida pública por meio do congelamento de salários e corte de gastos nos serviços públicos. Além disso, a proposta de parcelar as perdas salariais até 2026 será um bloqueio para qualquer luta do funcionalismo federal ao longo do mandato de Lula e Alckmin, independente do índice concedido ou da inflação acumulada.

Essa proposta rebaixada do FONASEFE conflui com o método de apostas nas negociações de cúpula, com “atos” por delegação nos aeroportos, Congresso Nacional e ministérios, sem mobilização das bases em torno da construção da greve unificada. Trata-se da continuidade da política imobilista do FONASEFE, agora com nova roupagem sob o governo de frente ampla burguesa do PT.

É preciso que o FONASEFE rompa com o imobilismo e a conciliação com o governo. A reivindicação deve ser a da reposição integral e imediata das perdas salariais! Nada de parcelamento!

Que as direções que compõem o FONASEFE organizem, desde já, a campanha salarial unificada, com os métodos próprios de luta dos trabalhadores. A começar pelas assembleias e plenárias de base das entidades, aprovando um plano de luta que incluía:

- Reposição integral e imediata das perdas salariais desde 2010 (nada de parcelamento!);
- Que nenhum trabalhador, inclusive os do funcionalismo público, ganhe menos do que um salário mínimo vital (o DIEESE calcula o mínimo necessário em R\$ 6.652,09);
- Por reajustes mensais automáticos de acordo com a inflação (escala móvel de salários);
- Abaixo o Arcabouço Fiscal! Não ao pagamento da dívida pública!
- Pela imediata revogação das reformas trabalhista, previdenciária, do ensino médio e lei da terceirização.
- Abaixo o Plano Nacional de Desestatizações, pela reestatização das empresas públicas privatizadas!
- Convocação de um primeiro dia nacional de greve do funcionalismo federal, com plenárias unificadas e manifestações nos estados!
- Exigir das centrais sindicais que convoquem um dia nacional de lutas com bloqueios, greves e paralisações em torno de um programa próprio de reivindicações.